

# **MUDANÇAS NAS PRÁTICAS DE AUTOCONSUMO DOS PRODUTORES FAMILIARES: ESTUDO DE CASO NO SUL DO BRASIL<sup>1</sup>**

**Sacco dos Anjos, Flávio<sup>2</sup>  
Velleda Caldas, Nádia<sup>3</sup>  
Griep Hirai, Wanda<sup>4</sup>**

Recibido: 06-01-2010

Revisado: 11-03-2010

Aceptado: 14-04-2010

## **RESUMO**

O processo de mercantilização da agricultura e a especialização produtiva alteraram as condições de existência social das famílias rurais do extremo sul do Brasil. Nesse contexto, o estudo se dedica a analisar as mudanças sobre as práticas de autoconsumo. O objetivo de incrementar o nível de ingresso econômico e a escassez de mão de obra faz com que as famílias abandonem essas práticas, passando cada vez mais a consumir os produtos adquiridos externamente. Esse fenômeno reveste importância por mostrar que nos encontramos diante da emergência de um processo de erosão de uma cultura tipicamente camponesa que marcou a formação histórica e social no Sul do Brasil. O trabalho se baseia em pesquisa qualitativa realizada entre os anos 2006 e 2008 em localidades rurais da microrregião de Pelotas, estado de Rio Grande do Sul, havendo sido realizadas 36 entrevistas semi-estruturadas realizadas com membros de explorações familiares, agentes da extensão rural oficial e outros atores sociais.

**Palavras chaves:** autoconsumo, agricultura familiar, mercantilização da agricultura, Rio Grande do Sul, Brasil.

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem ao CNPQ pela concessão de bolsa de pesquisa e financiamento do projeto e a CAPES pela concessão de bolsa de doutorado sanduiche (Acordo CAPES-DGU), realizado junto ao Departamento de Antropologia Social da Universidade de Sevilha, Espanha.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia (Universidade de Córdoba, Espanha); Mestrado em Sociologia (Universidade Federal de Pelotas, Brasil); Agrônomo (Universidade Federal de Pelotas, Brasil). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, Pesquisador II do CNPq. **Direção postal:** Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário, s/n. CEP 96001-970. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Telefone:** +55-53-32757256; **e-mail:** flaviosa@ufpel.edu.br

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (bolsista CAPES -Doutorado-Sanduiche-); Mestre em Ciências (Universidade Federal de Pelotas, Brasil); Socióloga (Universidade Federal de Pelotas, Brasil). **Direção postal:** Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário, s/n, CEP 96001-970, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Telefone:** +55-53-32757256; **e-mail:** velleda.nadia@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Serviço Social (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil); Assistente Social (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil). Professora da Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas. **Direção postal:** Avenida Lourival de Melo Mota, s/n. Campus A. C. Simões, Tabuleiro de Martins. CEP 57072-900. Maceió, Alagoas, Brasil. **Telefone:** +55-82-32141232; **e-mail:** wanda.hirai@gmail.com

## RESUMEN

El proceso de mercantilización de la agricultura y la especialización productiva cambiaron sensiblemente las condiciones de existencia social de las familias rurales del extremo sur de Brasil. En este contexto, el presente estudio se dedica a analizar los cambios introducidos en las prácticas de autoconsumo. El objetivo de incrementar el nivel de ingreso económico y la escasa disponibilidad de mano de obra hacen que las familias renuncien al ejercicio de estas prácticas. Dicha tendencia es acompañada de un aumento en el consumo de productos alimenticios adquiridos externamente. El presente fenómeno reviste importancia como un indicativo de un proceso más amplio de erosión cultural de la herencia campesina a la que estuvo asociada la formación histórica y social del Brasil meridional. El trabajo se basa en una investigación cualitativa llevada a cabo entre los años 2006 y 2008 en localidades rurales de la región de Pelotas, estado de Río Grande del Sur, habiendo sido efectuadas 36 entrevistas semi-estructuradas con miembros de las explotaciones familiares, agentes de la extensión rural oficial y otros actores sociales.

**Palabras clave:** autoconsumo, agricultura familiar, mercantilización de la agricultura, Río Grande del Sur, Brasil.

## ABSTRACT

The process of commoditization of agriculture and specialization of production has changed the social conditions of life to the rural families of southern Brazil. In this context, the study is devoted to analyze the main changes that took place on the practices of self-consumption. The families abandon these practices due to the objective of to increase the level of income and the scarcity of labor in their units of production. At the same time, the consumption of products purchased externally has been growing. This phenomenon is important to show that we are facing the emergence of a process of erosion of a culture typically peasant, that marked the historical and social formation in southern Brazil. This work is based on a qualitative research carried out between the year 2006 and 2008 on rural localities of the region of Pelotas, State of Rio Grande do Sul. The authors realized 36 interviews with farmers and members of the family farming, as well as to agents of the rural official extension and other social actors.

**Key-words:** self-consumption, family farming, commoditization of agriculture, Rio Grande do Sul, Brazil.

## RÉSUMÉ

Le processus de marchandisation de l'agriculture et la spécialisation productive, elles ont sensiblement changé les conditions d'existence sociale des familles rurales du extrême sud du Brésil. Dans ce contexte, l'étude présente s'occupe d'analyser les échanges introduits aux pratiques d'autoconsommation. Le but d'augmenter le niveau d'entrée économique et la disponibilité peu abondante de main-d'œuvre ils font avec que les familles renoncent à l'exercice de ces pratiques. La dite tendance est accompagnée d'une augmentation dans la consommation de produits alimentaires acquis extérieurement. Le phénomène présent revêt une importance comme un indicateur d'un plus ample processus d'érosion culturelle de l'héritage champêtre, à laquelle fut associée la formation historique et sociale du Brésil méridional. Le travail est basé sur une investigation qualitative réalisée entre les années 2006 et 2008 sur des localités rurales de la région de Pelotas, l'État du Rio Grande do Sul, au cours de laquelle ils ont effectué 36 entrevues semi-structurées effectuées avec des membres des exploitations familiales, les agents de vulgarisation en milieu rural et d'autres acteurs officiels.

**Mots-clefs:** autoconsommation, agriculture familiale, marchandisation de l'agriculture, Rio Grande do Sul, Brésil.

## 1. INTRODUÇÃO

Pelas mãos de Antônio Cândido surgia, há pouco mais de quatro décadas, um dos mais emblemáticos estudos etnográficos brasileiros: «*Os parceiros do Rio Bonito*». Nessa obra seminal encontramos a defesa de uma «sociologia dos meios de subsistência» como caminho através do qual iluminar-se-ia um importante campo do conhecimento, até então visto como de escassa relevância. Neste estudo tem-se a exata dimensão de

que as necessidades alimentares ostentam um duplo caráter: natural e social, mais além de simples expressão de impulsos orgânicos (Cândido, 1987: 23).

Sob esse entendimento, para cada cultura há uma *técnica* de viver, da qual a alimentação faz parte. Saciar a fome e garantir uma dieta satisfatória torna-se o centro de um dos mais vastos complexos sócio-culturais, abrangendo atos, normas, símbolos e representações. A obtenção da comida confunde-se, segundo Cândido,

com a gênese de quase todas as instituições sociais.

O foco do presente artigo toma por base recentes pesquisas realizadas pelos autores em comunidades rurais dos estados meridionais do Brasil, precisamente em localidades marcadas pelos traços da imigração germânica e italiana. A ênfase desses estudos identifica-se com o esforço por compreender os mecanismos de reprodução social adotados no âmbito de explorações de caráter familiar.

É foi no contato com a realidade concreta que vimos fortalecer nossas inquietações acerca de possíveis transformações porque passam as práticas de autoconsumo na dinâmica das famílias rurais. Há, por certo, um movimento geral que afeta ao conjunto da população mundial, resumido por Mintz (2001: 37), como a separação crescente entre produtores e consumidores, a disposição cada vez maior em consumir alimentos preparados, o declínio da habilidade culinária das classes médias e outras tendências incidentes tanto sobre o âmbito urbano quanto rural.

A amplitude do tema é indiscutível e não temos a pretensão de abarcar o universo de aspectos atinentes às mudanças nos padrões de consumo da sociedade em geral. Nosso objetivo é o de rever a contribuição empírica e teórica acerca da questão do autoconsumo no contexto da agricultura familiar. A hipótese geral de que partimos converge no entendimento de que, sob o impacto da mercantilização da agricultura, com seus desdobramentos relativos à intensificação e modernização dos processos de produção, houve mudanças substanciais nas práticas de autoconsumo. Essas mudanças afetam em graus variáveis, mas indistintamente, ao conjunto de famílias rurais como resultado de uma série de fatores que se buscou resgatar no marco de uma pesquisa que se desenvolveu entre 2006 e 2008 em localidades rurais da microrregião de Pelotas, por intermédio de 36 entrevistas semi-estruturadas realizadas com membros de unidades familiares de produção, agentes da extensão rural oficial e outros atores sociais.

Algumas grandes questões exprimem claramente o foco da pesquisa e de todo o processo de reflexão. Nesse contexto, indagamos: quais as possíveis razões e circunstâncias que supostamente acarretam a perda de protagonismo das práticas de autoconsumo das famílias rurais do extremo sul gaúcho? Em que medida a atividade comercial predominante no estabelecimento familiar influencia esse processo? E finalmente, como as famílias avaliam as mudanças nessas práticas, que durante muito tempo eram admitidas como expressão singular de uma cultura tipicamente camponesa do Brasil meridional?

A identidade do colono sul-brasileiro, expressão viva da condição camponesa, nutre-se umbilicalmente do suposto mito da autonomia das famílias em relação ao mundo externo, no que tange à autoprovisão parcial ou plena de suas necessidades alimentares. Compreender as forças que agem sobre essa realidade é, portanto, o centro de nossa reflexão.

## **2. AGRICULTURA FAMILIAR, AUTOCONSUMO E CAMPESINIDADE NO SUL DO BRASIL**

É sobretudo na segunda metade da década de 1990 que a noção correspondente à agricultura familiar foi introduzida, quase que simultaneamente, na cena acadêmica e política brasileira. Esta pode ser entendida como uma forma social de produção que apresenta uma lógica peculiar de funcionamento, cuja racionalidade orienta-se na busca por assegurar a reprodução social de seus membros.

Para Gasson e Errington (1993) ela pode ser definida a partir de alguns traços fundamentais, quais sejam: a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família; e, finalmente, f) os membros da família vivem na unidade produtiva.

Mas é importante frisar que quando nos estamos referindo a agricultores familiares não temos em mente apenas produtores, mas sujeitos históricos que reproduzem valores de uma cultura, que em maior ou menor medida, é preservada no Sul do Brasil, a qual poder-se-ia denominar como tipicamente camponesa. A carga de subjetividade nesse universo simbólico se expressa, entre outros aspectos, nas formas de transmissão do patrimônio fundiário (Seyferth, 1985), no sentido atribuído às relações de parentesco (Woortmann, 1995) ou à comida produzida pela família na própria terra, em detrimento do alimento adquirido junto ao comércio local ou regional.

Objetivamente o autoconsumo é definido por Leite (2004: 125) como sendo uma fração da produção agropecuária (agrícola, pecuária, extrativista e aquela que deriva de produtos primários beneficiados) que se realiza no estabelecimento rural e se destina ao consumo alimentar dos membros da família; e, inclusive, à alimentação animal e a outros usos na atividade produtiva.

Parte-se do entendimento de que parcela expressiva da produção científica orientada a investigar os processos atinentes à dinâmica da agricultura familiar concede escassa importância a essa dimensão. A

tendência *economicista*, como advertiu Woortmann (1990), vê estritamente o campesinato e, na nossa acepção, a agricultura familiar, como um modo de produção com sua lógica própria ou como o resultado de determinações impostas pela lógica do capital. Nesse contexto, a ênfase recai sobre a dimensão comercial da exploração familiar e sobre a funcionalidade dessa forma de produção à acumulação do capital.

A questão do autoconsumo foi enfocada por Garcia Jr. (1990) ao descrever o «princípio da alternatividade» que carregam certos cultivos, especialmente a mandioca, a qual pode ser comercializada, consumida *in natura* pela família, convertida em farinha ou retida para venda posterior. Assim, a comercialização da produção não é analisada como se fora um simples «excedente» em relação às necessidades da família, mas como expressão material da complementaridade existente entre o produzir com objetivos mercantis e o atendimento das necessidades alimentares da família.

Parece óbvio que a marca da alternatividade não pode ser transferida a um amplo leque de atividades que são atualmente centrais à dinâmica da agricultura familiar no Brasil meridional, como é o caso do tabaco, soja, pêssego, uva, avicultura, suinocultura, entre outras, regidas, ao fim e ao cabo, pelo caráter intensivo dos processos produtivos. O fato é que a produção de alimentos para o consumo familiar representa o símbolo maior acionado pelos colonos para «diferenciá-los do simples operário» que vive só do salário, como referiu Seyferth (1992: 93).

Há por certo, um expressivo número de trabalhos que evocam o impacto produzido por novos hábitos de consumo alimentar. Tanto na Ásia quanto na África, como alude Mintz (2001: 38) «*as dietas rurais incorporam mais gêneros de primeira necessidade do que as dietas urbanas*» por uma série de fatores que incluem a crescente incorporação de mulheres ao mundo do trabalho. Essas supostas mudanças também aparecem associadas ao fato de que o consumo alimentar implica um processo de distinção e classificação social nos termos propostos por Bourdieu (1979). Com base nesse entendimento, a crescente incorporação de produtos industrializados poderia ser tomada como expressão dessa suposta tendência de ascensão social por parte de famílias rurais acostumadas às vicissitudes do conhecido «déficit de cidadania» em que se encontram imersas.

Há, destarte, um conjunto de vetores que vem impactando sobre a dimensão do autoconsumo no contexto das famílias rurais do Brasil, o qual importa destacar para o argumento central que sustenta o presente artigo.

### 3. MERCANTILIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO EXTREMO SUL GAÚCHO<sup>5</sup>

As então províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram o destino principal de um processo de colonização iniciado com a vinda de imigrantes europeus não-ibéricos durante o século XIX. A imigração alemã iniciou-se em 1824, quando chegaram as primeiras famílias à recém fundada Colônia de São Leopoldo, no vale do Rio dos Sinos, próxima à capital (Porto Alegre). Mas, como advertiu Seyferth (1974), sob o rótulo de «colonos alemães» englobam-se todos os imigrantes procedentes da Alemanha, Áustria ou Polônia de fala germânica. A imigração italiana ocorre somente a partir de 1875, tendo como destino primordial a região serrana gaúcha e os campos de «cima da serra». A conhecida prosperidade dos núcleos coloniais é atribuída a uma série de fatores, entre os quais o de haver surgido «*longe das regiões de grandes propriedades luso-brasileiras empenhadas na criação de gado*» (Seyferth, 1974: 29).

Sobre esse aspecto é crucial mencionar que no extremo sul gaúcho o processo de colonização com imigrantes europeus (alemães, pomeranos, italianos e franceses) só irá ocorrer na segunda metade do século XIX, numa região marcada pelo peso do latifúndio e da pecuária extensiva. Nessa parte do Brasil o processo de colonização, de natureza eminentemente privada, surgiu como negócio promissor que converteu a Serra dos Tapes, que se estende pelos municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas e Canguçu, no *locus* do assentamento dos primeiros colonos nesse território. Por meio de contrato firmado com o Governo Imperial brasileiro, o empresário alemão Jacob Rheigantz converteu terras devolutas em objeto do assentamento das famílias em lotes com aproximadamente 25 hectares.

Não nos parece um exagero afirmar que a constituição desses núcleos coloniais representou o surgimento de um verdadeiro «enclave» da agricultura de base familiar em meio ao império da oligarquia regional ligada à pecuária extensiva e à produção do charque<sup>6</sup>.

5 Gaúcho é o topônimo de quem nasce no Estado do Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil, ou de que é produzido ou é oriundo dessa unidade federativa que faz fronteira com o Uruguai ao Sul e a noroeste com a Argentina.

6 Corresponde à produção de carne salgada em estabelecimentos produtivos (charqueadas) e que foi, durante os séculos XVIII e XIX, o estivo essencial da economia do extremo sul gaúcho. O charque era produzido pela mão-de-obra escrava e exportado para outras regiões do Brasil e do mundo.

O campesinato que emergiu no extremo sul gaúcho dedicou-se à policultura e à pecuária de pequena escala, sobretudo para atender ao mercado de consumo urbano crescente de Pelotas e região. Além do «ouro branco» das colônias<sup>7</sup> (banha suína), havia uma gama de produtos que tendem a desaparecer nos anos subsequentes por conta de transformações a que posteriormente abordaremos. Desse rol fazem parte o alface, alfafa, piretro, cevada, aveia, marmelo, figo, trigo, batata inglesa, feijão, milho, cebola, bem como os produtos derivados da transformação operada nos próprios estabelecimentos (laticínios, doces em pasta, conservas, etc.). O auge das colônias coincidiu com o alto nível de diversificação produtiva das comunidades rurais, responsáveis por engendrar as bases de uma indústria rural de natureza artesanal, mas bastante importante à época. Dela fazem parte os moinhos coloniais, as primeiras cantinas de vinho e, sobretudo, as primeiras indústrias de conservas de pêssego e de aspargo.

Conforme advertiu Grandó (1990: 19) as origens da indústria de conservas vegetais da região de Pelotas estão nas fábricas artesanais rurais, que, «*ao saírem do domínio camponês, se transformaram num parque de unidades industriais, o qual veio a ser o maior do gênero no Brasil*»<sup>8</sup>.

Mas esse processo de expansão industrial não se deu de forma aleatória ou espontânea, senão como resultado direto de uma política deliberada de incentivos fiscais e creditícios concedidos ao grande capital, que se inicia durante a Era Vargas com o monopólio estatal do trigo e o fechamento compulsório dos moinhos coloniais, ampliando-se nas décadas subsequentes, via implantação do modelo de substituição de importações durante a ditadura militar. Com efeito, na região de Pelotas o período compreendido entre as décadas de 1950 a 1970 coincide com o surgimento de grandes indústrias conserveiras (compotas de pêssego, figo, aspargo, abacaxi), essencialmente situadas no perímetro urbano dessa cidade-pólo do sul gaúcho.

Paradoxalmente esse gênero de atividade industrial, surgido no âmbito das colônias e introduzido por imigrantes franceses, praticamente desapareceu nas áreas rurais, assestando um duro golpe às colônias do

extremo sul gaúcho e à sobrevivência de muitos estabelecimentos familiares. O fechamento das agroindústrias rurais familiares responde às crescentes exigências da legislação sanitária e fiscal que, sob a alegação de preservar as condições de higiene das instalações e equipamentos, impuseram o fim desses empreendimentos.

Paulatinamente os colonos vão se convertendo em produtores especializados de matéria-prima para a indústria de conservas, abandonando, definitivamente um traço peculiar dessa forma social de produção, marcada pela ênfase na policultura, diversificação de atividades e fontes de ingresso econômico. A simplificação dos sistemas de culturas é um fato inquestionável, conjuntamente com a subordinação a um mercado regional *oligopsônico*<sup>9</sup> que se impõe a um número estimado em 3,5 mil famílias rurais que passam a depender, em maior ou menor medida, de uma única fonte de ingresso econômico.

A modernização dos processos produtivos agrários traduz uma das dimensões em que passa a operar a mercantilização da agricultura e da vida social nas colônias do extremo sul gaúcho. É, por certo, um processo multifacetado, seguindo a acepção de Van Der Ploeg (2006: 16), que assume distintos contornos no contexto em que operam as formas familiares de produção, as quais se tornam cada vez mais subordinadas e dependentes do comportamento dos mercados. A externalização da produção decorre da crescente dependência dos insumos e de serviços adquiridos fora da exploração.

O aparecimento de novas necessidades materiais, a multiplicação de relações mercantis, a internacionalização da agricultura, com a crescente exposição às oscilações dos mercados, figuram em destaque como uma perversa tendência que conduz as famílias à especialização produtiva. O pêssego representa um exemplo emblemático de um fenômeno que alcança o Sul gaúcho até meados da década de 1970.

Mas a década de 1980 é marcada pela crise do setor conserveiro, com a falência de muitas das grandes indústrias que processavam o pêssego, aspargo, morango, ervilha e outros produtos de extrema importância para a sobrevivência de milhares de famílias rurais que, como se disse anteriormente, haviam

7 A expressão em epígrafe foi utilizada por Roche (1969) ao referir-se à importância comercial assumida pelos derivados de porco, particularmente banha e toucinho no âmbito das colônias do Sul do Brasil.

8 Grandó (1990) descreve a importância da colônia francesa como responsável pelo surgimento das primeiras indústrias de pêssego numa região que, durante os anos 1960, contava com mais de uma centena de empresas, de pequenas a grandes indústrias, sediadas fundamentalmente no meio urbano de Pelotas.

9 A expressão destacada refere-se ao fato de que os produtores rurais encontram-se submetidos a uma relação na qual a venda do que produzem está limitada a um grupo bastante pequeno de compradores que, conseqüentemente, impõem o preço que lhes convém, normalmente pactado previamente pelos comerciantes e donos de fábricas de produtos alimentícios.

sido convertidas em produtoras especializadas de matérias-primas industriais. Boa parte delas encontrou na horticultura e/ou produção de leite uma alternativa econômica, ao passo que um grande número destas sucumbiu, em meio à crise, e deixou o campo.

Igualmente, a década de 1990 reserva um fato inusitado na cena rural do extremo sul gaúcho e tem a ver com uma impressionante expansão da cultura do fumo. Essa atividade ocupa hoje em torno de 182 mil famílias rurais nos Estados meridionais. O extremo sul gaúcho é uma das mais importantes regiões produtoras do Brasil e a expansão do tabaco provoca a erradicação massiva de pomares de pêssego, de plantações de aspargo e de morango nas duas últimas décadas.

A partir de dados colhidos junto à Afubra<sup>10</sup> (2008) foi possível chegar a uma estimativa que aponta para um total aproximado de 12 mil famílias envolvidas com a cultura do fumo na área que correspondeu à presente investigação. Essa atividade adquire um protagonismo inquestionável pelo fato de haver sido convertida na principal, quando não exclusiva, fonte de ingresso econômico para milhares de famílias.

O plantio do fumo requer um trabalho intensivo por parte de toda a família, ao longo de todo o ano (Paulilo, 1990). A relação das famílias com as empresas é regida por contratos de integração vertical que, se por um lado, asseguram a compra antecipada da produção, por outro, obrigam as primeiras à adoção de um pacote tecnológico, via fornecimento de adubos, agrotóxicos e serviços (assistência técnica), cujo custo é descontado ao final da safra. Mas os produtores são igualmente responsáveis pela secagem do fumo colhido a campo, em estufas (construção de tijolos financiada pelas fumageiras), sendo essa uma etapa das mais complexas face os riscos que envolvem à qualidade da produção, a insalubridade da operação e a extensão das jornadas de trabalho.

Na área correspondente ao contexto do presente estudo existem atualmente, segundo dados do INCRA-SADE (2007), 16.191 estabelecimentos de caráter familiar (95,7% do total) dedicados a um conjunto bastante reduzido de atividades produtivas, se comparado com os primórdios do processo de colonização.

O período coincidente com a modernização conservadora (1965-1980) é marcado pelo aprofundamento do processo de mercantilização da agricultura e da vida rural que, como dito anteriormente, trouxe consigo

inúmeros desdobramentos. A simplificação dos sistemas de culturas, a especialização e intensificação produtiva e a quimificação da agricultura são vistos como implicações diretas de um fenômeno no qual a perda de autonomia das famílias é incontestável, conferindo-lhes uma posição subordinada e cada vez mais vulnerável em relação aos mercados e às grandes empresas.

Em última análise, as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela decadência da indústria de pêssego e pela espetacular expansão da cultura do fumo, processo que emoldura um novo ciclo de expansão e mercantilização dos espaços rurais do extremo sul gaúcho.

#### 4. A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES NAS PRÁTICAS DE AUTOCONSUMO

A mercantilização da agricultura e dos espaços rurais no Brasil meridional se impõe de forma implacável sobre o universo da agricultura familiar. Como é sabido, a relação com o mercado é um aspecto intrínseco ao modo de vida dos descendentes de europeus no Sul do país, os quais desenvolveram um sistema de policultura articulado à criação de pequenos animais e de gado para a produção de leite.

Mas o que se quer chamar atenção nesse trabalho é que no curso das transformações operadas a partir da modernização da agricultura houve a eliminação de muitas explorações familiares que se mostravam incapazes de incorporar as inovações tecnológicas e o novo modo de produzir. As que conseguiram sobreviver, sob um ambiente invariavelmente desfavorável, foram lançadas a uma perversa espiral que lhes conduziu à especialização produtiva. Deixamos isso claro na seção precedente, com base em alguns casos emblemáticos, a exemplo do ciclo do pêssego e da plantação do tabaco que lhe sucedeu em grau de importância.

Com isso, uma família que no passado contava com um amplo e diversificado conjunto de produções e de fontes de ingresso econômico, passa agora a depender de uma única atividade produtiva, em meio ao cenário da especialização.

O que aqui se busca evidenciar é que no afã de rentabilizarem o espaço produtivo para incrementar o nível de ingresso econômico, a produção destinada a atender o autoconsumo vem sendo sistematicamente sacrificada.

Todavia, antes de entrar na discussão dos dados colhidos na imersão realizada a propósito dessa pesquisa, convém reafirmar a importância dessa categoria

10 A Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil) registra um crescimento de 93% no número de famílias produtoras de fumo entre as safras 1979/80 e 2006/07. Na última safra a área média plantada por família é estimada em 2,16 hectares.

-o *autoconsumo*- como elemento idiossincrático da cultura camponesa, que no Sul do Brasil, cristaliza-se em torno do termo *colono* em todas as acepções correlatas. Com efeito, as práticas de autoprovisão são referidas de diversas formas, mas o que é recorrente é a sua centralidade nas representações do universo social dessas comunidades. Nesse sentido:

*«Plantar para o gasto», em muitos casos, torna-se a característica mais evidente da condição de colono, e o define primordialmente como um produtor de alimentos para si e depois, se possível, para os outros.»* (Seyferth, 1992: 82; destaque no original).

Mas esse traço de identidade do colono, em torno do qual sedimentaram-se certas representações, há que ser seriamente relativizado nas atuais circunstâncias. Diversos vetores e circunstâncias conspiram para conformar esse quadro, tanto no plano externo quanto interno à própria exploração familiar. Parte-se aqui da premissa de que estas famílias *«adotam estratégias micro (de curto e de longo prazo) como resposta a pressões macroeconômicas e políticas (preços, leis)»* (Almeida, 1986: 67).

Não obstante, no plano externo são flagrantes as pressões emanadas das empresas do complexo agroindustrial com quem as famílias assinam contratos de integração vertical. Exemplo disso pode ser visto a partir do que estabelece a líder mundial<sup>11</sup> na produção de carnes de aves e derivados que atua na região. Com efeito, no curso da presente investigação fomos informados que a referida empresa proíbe as famílias de avicultores integrados de manterem aves de fundo de quintal ou porcos em seus estabelecimentos. A justificativa decorre da preocupação com a sanidade dos lotes criados em regime de confinamento, cujo número médio varia entre 16 e 21 mil aves por família<sup>12</sup>.

Se por um lado, a empresa assegura a compra antecipada dos frangos, a assistência técnica e as condições de produção, por outra parte impõe um rígido controle do processo e impede que a família a ela vinculada preserve uma atividade fundamental, tanto na perspectiva da reprodução material de seus membros quanto do ponto de vista simbólico. Referimo-nos,

obviamente, ao mito da autonomia alimentar aludido anteriormente.

A mercantilização não se exprime apenas do ponto de vista da dinâmica que orienta a produção do frango, em meio à compra compulsória dos insumos vendidos pela empresa, os rigorosos controles da eficiência produtiva e de rentabilidade do negócio, mas inclusive por força do fato de que o abastecimento de artigos considerados essenciais à vida doméstica (carne e ovos) é agora regido pela via da compra, não sendo mais gerado pela família nos limites da própria exploração.

Na atual conjuntura, produzir significa ampliação ilimitada do consumo de bens e serviços em relação aos quais os agricultores possuem uma reduzida margem de interferência, como revelam alguns depoimentos, na analogia que os entrevistados realizam com o *«tempo dos pais»* ou dos antepassados:

*«Isso aí totalmente mudou, né, a gente tava lembrando dos pais, era lavrado tudo a cavalo, plantava milho com matraca... Tinha uma sacola do lado, abria a cova e largava a semente e plantava essa terra toda e tinha quatro junta de cavalo, mas naquela época dava o milho, sobrava um pouco mais, porque hoje o investimento é maior, comparando [...] Plantava batata sem agrotóxico e se colhia batata sem veneno. Hoje se tu vai plantá, sem colocá nada, o bichinho come, né... Plantava-se muito feijão, se fazia roça nova. A gente tinha criação de porco, mas se tu tinha um lote de dez porco, fazia dinheiro (...). Hoje tu tens 100 porco e não sobrevive (...).*

*Hoje em dia a gente fica com nojo do serviço que tem. Nós plantávamos fumo, milho, feijão, batatinha para comer e batata doce a gente vendia, animal a gente criava e vendia também, galinha a gente criava para o consumo e porco pra vender... A gente era uma família humilde, nem luz elétrica tinha, nem geladeira, nem freezer, nem nada, a gente fazia toda carne, coisa assim: a gente fritava e botava em uma lata de banha tudo assim, bem antigão... Ao passar o tempo a gente foi botando luz, a gente foi comprando as coisas e foi se adaptando (...).*

A percepção de nossos entrevistados é clara em relação às melhorias que os novos tempos trouxeram consigo. O trabalho é mais facilitado em face das inovações tecnológicas, assim como o nível de conforto das casas, com tudo o que a vida moderna é capaz de oferecer. Mas essa realidade é plagada de contradições na medida em que transforma completamente um modo de vida que hoje passa a ser governado pela frenética busca por rentabilizar o uso da terra e da força de trabalho familiar que, no último caso, torna-se

11 Referimo-nos ao grupo francês Doux Frangosul. Trata-se do maior produtor europeu de aves e de produtos transformados à base de carne de aves, com um faturamento equivalente a 1,2297 bilhões de Euros em 2006 e que é uma das grandes empresas deste setor que atua no Estado do Rio Grande do Sul. Mais detalhes em: <http://br.doux.fr/>

12 Cada família produz entre 6 e 8 lotes, perfazendo aproximadamente 145 mil aves/ano.

cada vez mais escassa em função do reduzido número de filhos.

Nos meios acadêmicos especializados é bastante conhecida a metáfora do *treadmill*<sup>13</sup> de Cochrane (1979), segundo o qual, os agricultores vêem-se permanentemente obrigados à incorporação de novos processos e tecnologias, sob pena de serem expulsos da atividade. O ritmo é ditado pelas imposições do mercado, sendo eufemisticamente chamado, nos meios acadêmicos e socio-profissionais, de «*profissionalização da agricultura*». No curso desse processo outras dimensões são afetadas, como revela o depoimento de um dos nossos entrevistados:

«*Antes era tudo natural, hoje é tudo à base de enlatado, nós até que procuramos fugir disso. O problema é como eu já disse antes, **nós somos profissionais do leite**, e como falta mão-de-obra pra nós, então nós não produzimos o feijão, a batata, gente vai e compra esses produtos, só que a gente vai ao supermercado, tu compra um produto com produtos químicos e isso é difícil pra nós, porque se a gente tivesse mão-de-obra poderia plantar a batata, o feijão e seria muito melhor» (o destaque é nosso).*

As famílias intensificam a produtividade como forma de compensar o declínio dos preços dos produtos nos mercados, fenômeno esse já detectado por Chayanov (1974) ao estudar o comportamento dos camponeses russos no início do século XX.

Intensificar o ritmo de trabalho, ampliar a escala de produção e especializar-se em determinado tipo de cultivo ou criação é parte de um conjunto de transformações de grande envergadura. A incorporação dos bens de consumo duráveis propicia o conforto aos membros da família. Mas essas comodidades têm seu preço:

«*Naquele tempo não existia nem energia, não tinha televisão, geladeira, meio de comunicação, mão-de-obra era mais difícil, não tinha tratores, era tudo mais manual, as pessoas se judiavam mais o corpo do que hoje. Hoje, o trabalho é mais facilitado, mas se torna mais caro, o custo de vida é mais alto, as despesas são muito mais altas e o retorno é menor devido a tantas despesas, é muita conta pra pagar.*

O tempo dos pais era um tempo de restrições mas, por outra parte, o grau de mercantilização da vida rural não havia atingido níveis tão elevados quanto os de hoje. Destarte, a grande insatisfação brota do fato de que o produto do trabalho do colono não goza do

reconhecimento esperado por parte da sociedade em geral. O abastecimento das cidades já não é mais atribuição das colônias, mas de uma complexa rede liderada pelos hipermercados e grandes superfícies de varejo. Elevam-se os custos de produção com o uso das inovações, mas o preço dos produtos agrícolas é cada vez mais baixo em face de uma concorrência que vem de dentro e de fora do país, além de outras dificuldades:

«*Nós como agricultores, eu acho que sofremos muito com a consequência do tempo, porque quando chove demais é problema, quando falta chuva é problema também [...]. Também a gente com todo esforço produz e quando tem em abundância, não tem mercado ou então os preços caem muito. E olhando pra trás parece que a gente recebia mais por esses produtos que tu vende hoje, mas o custo pra tu produzir é um custo a mais, tu trabalhas mais e ganhas menos, porque o lucro, hoje em dia, é mínimo.*

Em nenhuma outra atividade agrícola o grau de implicações da mercantilização da agricultura é tão intenso quanto no caso do fumo, se temos em mente o fato de que muitas famílias estão deixando de produzir para o autoconsumo em face da escassez de tempo e de mão-de-obra:

«*É muita ocupação (...). O fumo não deixa a gente cuidar de mais nada, é uma dedicação total, tem gente, como o meu sogro, que é 24 horas, porque ele cuida o fogo durante a noite da estufa... A gente não tá trabalhando 14 ou 15 horas por dia, a gente tá trabalhando 24 horas, tem pouco tempo pra descansar.*

*Eu sei que naquela época se comprava muito pouco de fora, quase que se consumia o que se tinha, arroz e tudo (...). O que era mais necessário era açúcar, querosene e sal. Hoje se compra tudo, o pessoal vai à cidade e compra um pé de repolho, qualquer coisa e sai ali direto, muitas vezes vem de São Paulo, porque o pessoal compra. Todos têm propriedade, mas o fumo não nos deixa tempo pra nada, trabalha o ano inteiro em cima do fumo e quando termina de classificar, já tem canteiro, sementeira, semear de novo e nem terminou a safra passada e depois tem que fazer lenha pra queimar. Eu acho muito errado comprar essas coisa com veneno que podia ter em casa sem veneno.*

O sentimento de impotência frente à falta de tempo para dedicar-se ao autoconsumo não é visto como negativo apenas pelo fato de ferir a autonomia camponesa idealizada, mas porque a família passa a consumir produtos de procedência desconhecida, obtidos com o

13 Espécie de esteira rolante ou «*cinta de caminhar*»



uso de agroquímicos, como revelou o depoimento acima.

As famílias que ingressaram na senda da especialização produtiva vivem hoje uma realidade paradoxal. Se, por um lado, conquistaram um nível de desenvolvimento tecnológico razoável, vêem-se diante das incertezas dos mercados, das crescentes imposições das empresas às quais acham-se integrados e renunciam à possibilidade de produzir, ainda que parcialmente, o próprio alimento. O depoimento a seguir é de um agricultor que se especializou na produção de pêssego para as indústrias de conserva:

*Batata eu compro no supermercado, eu não tenho vergonha de dizer isso. O feijão eu compro do rapaz que planta aí na volta. Pra mim é mais vantagem o leite comprado de caixinha [...] Eu vou lá no supermercado e pego o leite de caixinha porque eu entendo que não tenho que me envolvê com essas coisa [...] Só galinha, ovo nós temo o ano todo, mas não quero mais porco, eu já tive porco, vaca e eu não quero pra mim, é só incômodo. O tempo que eu vô tratá um boi eu tô fazendo outro trabalho... (o destaque é nosso)*

A erosão dos padrões culturais tradicionais dá lugar a reelaborações que buscam legitimar a opção, cada vez mais recorrente, de transferir aos mercados e a outrem a tarefa de suprir as necessidades alimentares dos membros da família.

Mas o acesso aos alimentos, para uma parcela significativa destas famílias, não se dá apenas pela via dos mercados locais, mas inclusive por uma atividade regular exercida por donos de camionetas que circulam pelas estradas rurais, vendendo tais produtos.

*«Eu plantei batata esse ano pro gasto e me arrependi. Mas é muito mais negócio ir ao mercado e comprar uns quilos que tu vai consumir (...). O caminhão da feira passa aí na frente, é muito mais fácil eu comprar deles dois ou três reais de verdura do que cuidar uma horta, porque não vale a pena (...). É muito mais fácil comprar do que produzir».*

O caminhão da feira, a que nosso entrevistado se refere, corresponde ao trabalho de alguns comerciantes que residem no interior das comunidades e que vivem dessa venda itinerante nas cidades e no meio rural. O insólito recai no fato de que a clientela rural cresce a cada dia em face dos aspectos sublinhados anteriormente.

As práticas de autoconsumo justificar-se-iam quando se anseia consumir um produto seguro em termos da ausência de contaminantes ou em virtude de qualidades intrínsecas que o artigo adquirido fora não possui. Essa é a posição de algumas famílias entrevis-

tadas e que atualmente dedicam-se à produção ecológica de frutas e hortaliças:

*«Horta, ovos, carne, leite, tudo isso é daqui de casa, tanto carne bovina, frango, como galinha caipira [ave de curral] (...). Eu acho que não se economiza, se tem pelo fato de ser mais saudável, mas não que isso traga um retorno econômico, isso não, porque no caso ovos e essas galinha, na verdade, comem mais do que a gente fosse ao mercado».*

A análise de representações sobre identidade camponesa consistiu no objeto de estudo de trabalho desenvolvido por Seyferth no Vale do Itajaí-Mirim, estado de Santa Catarina. O estudo evidenciou a oposição existente, no imaginário de comunidades teuto-brasileiras, entre colonos fortes e colonos fracos. Os primeiros são tomados como modelo do camponês ideal, ou seja, «aquele que possui a propriedade de terras suficientes para se reproduzir sem que um dos membros tenha de recorrer a alguma atividade assalariada» (Seyferth, 1992: 83). Com efeito, «são, portanto, os «verdadeiros» camponeses porque têm uma só ocupação: a agricultura ou, mais especificamente, a policultura» (Seyferth, 1992: 83 -destacado no original-).

No extremo oposto, são colonos fracos os que se vêem diante da obrigação de buscar um trabalho assalariado nas fábricas de confecções da região, geralmente detentores de colônias pequenas (menos de 10 hectares), submetendo-se à autoridade direta de um patrão ou de seus imediatos. No entender de Seyferth (1992: 95), «a reafirmação da condição camponesa se faz num universo de contradições, não só por causa da natureza própria do campesinato, mas também em face da realidade da proletarianização, que atinge a todos - fortes e fracos».

Coincidimos com Seyferth em relação ao peso das ambigüidades que encerra tal noção no plano das representações e práticas adotadas pelos indivíduos. Entrementes, deixamos claro que há um conjunto de evidências que conspiram para uma crise muito mais profunda, envolvendo a erosão de certos valores relativos a uma dimensão essencial que identificava todo um estilo de vida, responsável por forjar uma sociabilidade singular no Sul do país.

Encontramo-nos, portanto, diante de uma das dimensões que identificam a crise de expectativas engendrada, fundamentalmente, pelos impactos advindos da mercantilização da vida rural, com seus inúmeros desdobramentos. No limite, nosso estudo buscou estabelecer a conexão existente entre a modernização, em sentido amplo, com a invalidação e deslegitimação de um conjunto de saberes e práticas ligadas à produção do autoconsumo em toda sua diversidade.

Claro está que esse fenômeno se descortina de forma heterogênea, assumindo contornos e ritmos bastante diferenciados no espaço social mais amplo do Brasil meridional. Nesse sentido, não cabe dúvida de que essa questão dá margem a reelaborações bastante complexas.

No contexto dessas transformações, é sabido que o desenvolvimento de atividades turísticas, como advertiu Woortmann (2004), conduziu a uma resignificação dos hábitos de comida tradicionais. As festas e restaurantes ditos «coloniais» correspondem à revalorização de hábitos alimentares étnicos dos teuto-brasileiros. O «sistema antigo» (comidas fortes, à base de manteiga, carne e banha de porco) serve, segundo Woortmann, para satisfazer a «memória gastronômica» de turistas e ex-colonos urbanizados, aos quais haveria que incorporar, segundo nosso entendimento, os membros das famílias submetidas aos processos que aqui se buscou elucidar, na aproximação feita sobre o estado de arte das práticas de autoconsumo familiar.

Se comida é identidade, ela se reconstrói sob novas bases que necessariamente apontam para o gradual distanciamento de um sistema de valores que não se sustenta, a não ser de forma idealizada e diferida, no cotidiano das famílias rurais de comunidades coloniais do extremo sul do Rio Grande do Sul.

##### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco do presente trabalho esteve orientado ao esforço de evidenciar os contornos de um processo de transformação extremamente complexo incidente sobre as comunidades rurais do Sul do Brasil, precisamente em municípios pertencentes à microrregião de Pelotas. Trata-se de um espaço geográfico marcado pelos traços da imigração italo-germânica que se desenvolveu durante a segunda metade do século XIX.

O processo de assentamento dos colonos aparece associado a um conjunto de adversidades bastante amplo, não somente do ponto de vista do enfrentamento das dificuldades iniciais (demarcação dos lotes, preparo da terra, escassez de equipamentos, enfermidades, etc.), como igualmente desde a perspectiva de assegurar a sobrevivência das famílias rurais, no longo prazo, em meio a umas condições invariavelmente muito precárias.

No curso desse processo a dimensão do autoconsumo assumiu um considerável nível de protagonismo, algo que em momento algum se apresentava como incompatível com o desenvolvimento de uma agricultura comercial, orientada à busca de fontes de ingresso econômico requerido para assegurar um nível de consumo socialmente aceitável para as famílias rurais. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que assegurar uma dieta alimentar nos

limites do estabelecimento rural favorecia o desenvolvimento de uma agricultura comercial dirigida ao esforço de garantir fontes de renda exigidas para a aquisição de bens de consumo durável e todos os produtos e serviços que não poderiam ser gerados dentro da exploração familiar. Reduzir a dependência alimentar era algo estratégico no âmbito dessa forma de organização sócio-produtiva.

Todavia, com o passo do tempo esse sistema sofre profundas transformações, sobretudo quando as famílias rurais vêm-se submetidas às pressões recorrentes que emanam dos mercados que, paulatinamente, forçam os produtores a intensificarem o ritmo e escala de produção por meio das novas tecnologias, marcadas pela quimificação dos processos produtivos tanto na produção vegetal quanto animal.

A especialização é um fato inquestionável, tornando as famílias cada vez mais tributárias do desempenho de um reduzido número de linhas de produção. O caráter policultor do antigo colono é agora substituído por outras denominações (suinocultor, persicultor, avicultor, fumicultor, etc.) que aludem a categorias de agricultores comprometidos com a geração de produtos específicos, regidos por uma lógica de operação comandada pelos ditames da globalização dos mercados. Esse fenômeno abre passo a novas re-elaborações por parte dos atores sociais implicados nas grandes cadeias agroalimentares que lhes governam totalmente.

O fato é que a mercantilização da agricultura e dos espaços rurais no Brasil meridional se impuseram de forma implacável sobre o universo da agricultura familiar. Nesse estudo buscou-se demonstrar que há um conjunto de fatores que fazem com que um dos traços singulares dessa forma social de produção - a *produção de autoconsumo* - venha sendo sistematicamente esvaziado, tanto por força das imposições das empresas (medidas fitossanitárias restritivas), da redução da força de trabalho familiar, desvalorização dos produtos produzidos na propriedade, quanto como resultado da ênfase no consumo de produtos industrializados, da compra externa e de outras dinâmicas que seguem a tendência atual de um consumo alimentar marcado pela distinção e classificação social.

Os depoimentos colhidos na realização da pesquisa não fazem outra coisa senão confirmar um quadro de transformação material e simbólica que alcança as comunidades históricas do Sul do Brasil. Além disso, permitiu detectar as ambigüidades do discurso dos entrevistados ao referirem-se à qualidade dos produtos adquiridos externamente (no comércio local ou através dos atravessadores) *vis a vis* com o que é gerado no próprio estabelecimento. Nesse contexto, há claros

indícios de que é cada vez mais reduzido o número de famílias que optam por preservar essas práticas, não somente no afã de garantir uma dieta alimentar satisfatória, mas em prol de assegurar a reprodução de uma matriz cultural socialmente reconhecida e claramente identificável.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFUBRA. 2008. *Associação dos Fumicultores do Brasil*. En: <http://www.afubra.com.br/principal.php>; consulta: 15/05/2008.
- ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa. 1986. «Redescobrimo a família rural». Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 1 (1): 66-83.
- BOURDIEU, Pierre 1979. *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Ed. Minuit.
- CÂNDIDO, Antônio. 1987. *Os parceiros do Rio Bonito*. 7ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- CHAYANOV, Alexander Vasilevich. 1974. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- COCHRANE, Willard. 1979. *The development of American agriculture-A historical analysis*. Minneapolis: University of Minneapolis Press.
- DOUXFRANGOSUL. 2008. Em: <http://br.doux.fr>; consulta: 06/05/2008.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. 1990. *O Sul: Caminho do Roçado-estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero.
- GASSON, Ruth; ERRINGTON, Andrew. 1993. *The farm family business*. Wallingford (UK): Cab International.
- GRANDO, Marinês Zandavali. 1990. *Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, INCRA-SADE. 2007. *Banco de dados da agricultura familiar*. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Em: <http://www.incra.gov.br/sade/municipios.asp>; consulta: 07/09/2007.
- LEITE, Sérgio. 2004. «Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña». Em: Belik, W. (Org.), *Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina*, São Paulo: Hucitec, pp. 123-181.
- MINTZ, Sidney Wilfred. 2001. «Comida e antropologia: uma breve revisão». Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 16, 47: 31-42.
- PAULILO, Maria Ignês Silveira. 1990. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC.
- ROCHE, Jean. 1969. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo.
- SEYFERTH, Giralda. 1992. «As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa». Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, 18: 78-95.
- SEYFERTH, Giralda. 1985. «Herança e estrutura familiar camponesa». Em: *Boletim do Museu Nacional*, Vol. 52: 1-27.
- SEYFERTH, Giralda. 1974. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. 2006. «O modo de produção camponês revisitado». Em: Schneider, S. (Org.), *A diversidade da agricultura familiar*, Porto Alegre: UFRGS: 13-54.
- WOORTMANN, Klaus. 2004. «O sentido das práticas alimentares». Em: *Anais do I Congresso Brasileiro de Gastronomia e Segurança Alimentar*. Brasília: UnB (CD).
- WOORTMANN, Ellen. 1995. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do nordeste*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec.
- WOORTMANN, Klaus. 1990. «Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral». Em: *Série Antropológica*, Nº 88: 83-84.